

TV Câmara de Bauru: papel social do canal legislativo e suas relações com a comunidade local

Carlos Jorge Barros Monteiro

Resumo

Esta pesquisa analisa a TV CÂMARA – canal legislativo municipal da cidade de Bauru, SP. A TVC é um dos primeiros canais de televisão legislativa do Brasil a funcionar com vinte e quatro horas de programação diária, ainda que alguns programas não sejam produzidos pelo próprio canal. O objetivo foi levantar as formas de uso do canal, analisar o conteúdo da programação produzida e veiculada para a realidade bauruense, suas contribuições sociais na construção da consciência cidadã e a aceitação do canal junto aos telespectadores. A cidade se enxerga quando assiste o canal legislativo. Ainda assim, a TV Câmara precisa se solidificar. A participação da sociedade deve ser ampliada de forma mais direta, inclusive na elaboração de pautas. E o mais importante: o canal é um instrumento público e deve ser feito para a sociedade e não para políticos.

Palavras-chave

TV a Cabo; Canal Legislativo; Comunidade; Bauru

TV Câmara from Bauru: a social role in the legislative channel and its relations with local community

Abstract

This research analyses TV CÂMARA – a local legislative channel from the city of Bauru, SP. TVC is one of the first legislative television channels, in Brazil, that has been working during twenty four hours a day, even that some telecasts are not produced by the own channel. The goals of this paper were to find out the ways in which the channel is used, to analyze the content of telecasts produced and shown to Bauru citizens, its social contributions on the construction of a common conscience and the channel approval among its spectators. The city sees itself while watches the legislative channel. Even though, TV Câmara needs to get more consistent. The society participation must be enlarged in a more direct way, also when the issues are prepared. And the most important of all: the channel is a public instrument and has to be done for society, not for politicians.

Key-words

Cable TV; Legislative Channel; Community; Bauru City.

Tele Cámara del Ayuntamiento de la Ciudad de Bauru: el papel social de la red de televisión legislativa y sus relaciones con la comunidad local

Resumen

Esta pesquisa analisa la *TV Câmara* – red de televisión legislativa del ayuntamiento de la ciudad de Bauru, ciudad ubicada en el estado de São Paulo. La TVC, como es llamada, es una de las primeras red de televisión legislativa de Brasil a tener veinte y cuatro horas de programación diaria, aunque algunos programas no sean producidos por la propia red. El objetivo del presente estudio fue lo de identificar las formas de uso de la red, analizar el contenido de la programación producida y veiculada para la realidad de la ciudad de Bauru, sus contribuciones sociales en la construcción de la conciencia de la ciudadanía y la aceptación de la red junto a los telespectadores, ya que el pueblo se miran, se identifican en el momento en que asisten a la red. Mientras tanto, añadimos que la red TVC necesita molificarse, abrir el abanico a la participación del pueblo de

forma más directa, incluso en la elaboración de temas de reportajes y, lo más importante, que la red sea hecho como un instrumento del público y no sólo para los políticos.

Palabras-clave

TV Cable; Televisión Legislativa; Comunidad; Ciudad de Bauru.

Introdução

Por que criar canais de televisão nas casas legislativas brasileiras? Serão esses instrumentos realmente úteis ao país? A lei que os criou data de 06 janeiro de 1995, sendo regulamentada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, apenas em 15 de abril de 1997. Mesmo assim, algumas casas legislativas, como a Assembléia dos Deputados do Estado de Minas Gerais articulou a criação do seu canal já em 30 de novembro de 1995. Depois vieram os canais do Senado e da Câmara Federal. Se analisados pelo prisma de investimento financeiro, esses canais de tv podem se mostrar vilões de uso do dinheiro público. O que não é verdade. Muitos canais foram criados sem que antes os poderes legislativos federais, estaduais e municipais tivessem a iniciativa de esclarecer a sociedade quais as reais utilidades desse poderoso instrumento de comunicação. Não foi sem motivos que muitos cidadãos se mostraram surpresos, e outros indignados, com a novidade. Ainda mais no país que se acostumou a entender implantação de emissoras de televisão como investimento de alto custo. De fato, investir em televisão requer estudos de mercado para analisar a viabilidade de retorno financeiro. Esse não é o caso dos canais legislativos brasileiros, que têm estrutura suficiente para produzir, gerar e transmitir programação de cunho informativo-educativo, esclarecendo a sociedade sobre as atividades nas casas legislativas; não apenas assuntos de cunho político, mas pautas que envolvam as comunidades no debate de assuntos diversos. Se procedida uma pesquisa simples, comparando a grade de programação dos diversos canais espalhados pelo Brasil, imediatamente será constatada uma surpresa para quem desconhece como os mesmos funcionam: grande parte dos programas aborda temas variados, como ecologia, saúde, música, educação, atualidades e até política. Sim, por que os canais há muito tempo já entenderam que não só de política vive a sociedade. Lazer e informação diversificada vai sempre estar na pauta do dia e, portanto na grade de programação dos canais. Criar canais de televisão nas casas legislativas é salutar a educação do país. Então, esses canais são de fato úteis à sociedade. Não têm atrelamento comercial. Não são canais alternativos; são canais informativos e públicos.

Descrição da pesquisa

A pesquisa consistiu no acompanhamento interno das atividades do canal de março de 2002 a fevereiro de 2003 e em julho de 2003. Foi desenvolvida por este jornalista, funcionário de carreira da Câmara Municipal de Bauru e que trabalhou na implantação do canal de tv. A pesquisa documental ofereceu dados sobre estratégias da programação e entrevistas, as quais permitiram colher informações sobre participação da comunidade nos programas e sua percepção sobre o papel social do canal televisivo no município de Bauru. Mostrar de que forma esse canal cumpre seu papel como previsto em lei. Observar se existe manipulação e uso político-partidário ou pessoal do canal por parte dos membros da Câmara Municipal. Nosso pressuposto é de que os

canais são instrumentos públicos prestadores de serviços. Chegou-se a acreditar que os canais legislativos brasileiros poderiam competir ou tirar audiência de emissoras comerciais, quando na verdade esses canais foram criados para produzir e dirigir suas programações exclusivamente para prestação de serviço; informação e, principalmente, formação da sociedade.

A pesquisa foi trabalhada em quatro capítulos. O primeiro mostra a relação das sociedades globais e locais e a intervenção da televisão como instrumento integrador das comunidades mundiais. O capítulo dois discorre sobre as redes de televisão nacionais, regionais, os canais públicos e educativos; a mídia em Bauru e a histórica criação da TV PRG – 8, primeiro canal de televisão do interior da América Latina. Política e televisão se fundem no terceiro capítulo, quando é abordada em detalhes, a lei federal 8.977, que criou os Canais Básicos de Utilização Gratuita. Os canais legislativos fazem parte deles. Abordamos ainda as atividades de diversos canais legislativos espalhados pelo mundo. O quarto capítulo fecha a pesquisa mostrando o funcionamento do canal de Bauru, as formas de uso e as perspectivas para democratização do acesso aos canais legislativos a toda comunidade.

A diversidade de partidos políticos representados no legislativo bauruense funciona como uma espécie de cuidado a mais dos parlamentares quando estavam na tv ou quando solicitavam à equipe do canal alguma gravação.

Durante o mês de julho de 2003 fizemos um levantamento diário e detalhado de todas atividades desenvolvidas no canal. Nos meses de julho e janeiro é comum que alguns funcionários da TVC entrem em férias, por coincidir com o recesso parlamentar. Assim, a quantidade de produções no canal também cai bastante. Nosso levantamento mostrou que as atividades se restringem à manutenção dos equipamentos, exibição de programas de “gaveta”, algumas gravações inéditas e registro de reuniões de entidades organizadas ou reuniões extra-ordinárias de vereadores.

Rubens de Souza é um líder comunitário em seu bairro e preside o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo de Bauru. Ele acredita no trabalho institucional da TV Câmara. Repórter cinematográfico há mais de dezoito anos, Rubens também é funcionário efetivo da TV Câmara. Conhece bem como funciona o canal. Talvez por isso mesmo seja contundente ao afirmar que a TV poderia ser mais utilizada para debates entre a comunidade. O funcionário critica a pouca atenção que o canal legislativo dá à discussão dos problemas de transporte coletivo em Bauru. Para Rubens de Souza “a TV Câmara não está atenta ao Conselho dos Usuários de Transporte Coletivos. Não está discutindo o problema do transporte coletivo na cidade de Bauru”. Com a experiência de quem trabalhou por mais de quinze anos em emissoras de televisão privadas, Rubens enfatiza que as emissoras comerciais não inserem a comunidade na sua programação. Alerta que “se observamos o tempo de inserção local, você vai ver que não tem nada. No máximo um ou dois telejornais diário que não tem nem uma hora de programação. A TV Câmara vem de encontro aos anseios da comunidade”, enfatiza. Para o diretor da TV Câmara, Néelson Gonçalves, o canal é democrático, mas muitas entidades, ainda não atentaram para a importância desse poderoso instrumento público. O diretor diz que “quando surgiu o canal legislativo, a primeira dúvida da população era se esse seria um meio de o vereador tirar proveito político. Ao longo do tempo, o público foi vendo que ele tinha nesse canal acesso direto às Comissões Especiais de Inquérito, comissões internas, Audiências Públicas para provocar a Câmara a discutir sobre moradia, saneamento ou obras de infra-estrutura”. Agora que a TV já é mais conhecida entre as entidades, a procura tem sido bem maior. “Muita entidades ainda não aproveitam isso por timidez, podendo aproveitar o mecanismo poderoso que é a televisão. Algumas entidades já avançaram muito, se

organizando e trazendo para as Comissões Permanentes da Câmara debates específicos sobre segurança. A TV foi funcionando como chamariz para entidades aqui na Câmara”, reforça o jornalista Néelson Gonçalves, diretor do canal público bauruense.

No ar desde 03 de março de 1998, a TV Câmara de Bauru ocupa o canal 10 da operadora de tv por cabo - NET Bauru. O canal funciona oficialmente desde 1º de agosto de 1998 e é mantido pelo Poder Legislativo municipal, com base na Lei Federal 8.977 de 06 de janeiro de 1995. Embora o nome escolhido se reporte a uma TV, a forma apropriada e que deve ser definida é de canal. A própria lei que os criou, os apresenta como canais. São estruturas pequenas, com finalidade específica e programação segmentada.

O canal bauruense opera com equipamentos no formato S-VHS e não-linear (digital), funciona no prédio do legislativo bauruense. Integra o corpo de funcionários do canal oito profissionais (todos funcionários concursados), entre jornalistas, câmeras, editores de vídeo, técnico de manutenção. Conta ainda com dois servidores públicos da Câmara. Um motorista e uma funcionária administrativa (com graduação em jornalismo e Relações Públicas) foram agregados à equipe do Canal.

Desde que foi criada, a TV Câmara de Bauru tem optado por não comprar programas. Orientados pela direção do canal, os sucessivos presidentes da Câmara têm firmado convênios com fundações e instituições que fornecem gratuitamente programas e vídeos institucionais com conteúdos de interesse comunitário.

Para entendermos o que é um canal de televisão legislativo se faz necessário reproduzir um trecho da lei 8.977, de 06 de janeiro de 1995 que dispõe sobre o serviço de TV a cabo: o artigo 23 diz que *“a operadora de TV a Cabo, na sua área de prestação do serviço, deverá tornar disponíveis canais para as seguintes destinações: a) canais destinados à distribuição obrigatória, integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, da programação das emissoras geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em VHF ou UHF, abertos e não codificados, cujo sinal alcance a área do serviço de TV a Cabo e apresente nível técnico adequado, conforme padrões estabelecidos pelo Poder Executivo; b) um canal legislativo municipal / estadual, reservado para uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios de área de prestação do serviço e a Assembléia Legislativa do respectivo Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões. A lei segue até a letra h assim: c) um canal reservado para a Câmara dos Deputados; d) um canal reservado para o Senado Federal; e) um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço; f) um canal educativo / cultural, reservado para utilização pelos órgãos que tratam de educação e cultura no governo federal e nos governos estadual e municipal; g) um canal comunitário aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos; h) um canal para o STF – Supremo Tribunal Federal.*

Imediatamente após aprovação da lei, as Assembléias Legislativas estaduais se articularam para criar canais próprios. Algumas terceirizam o funcionamento ou mantêm convênios com instituições ou fundações, enquanto outras montam estrutura própria criando cargos e abrindo concursos para técnicos e jornalistas.

Muita gente se surpreende quando conhece as instalações das tevês Câmara e Senado, em Brasília. Estão em salas adaptadas e não muito grandes. Ambas foram instaladas dentro do prédio do Congresso Nacional. Quando Oscar Niemayer desenhou o prédio, talvez nunca tenha lhe passado pela cabeça, que um dia, ali seriam instalados

dois canais de tevê, com distribuição de sinal via satélite. É bem verdade que a tecnologia colabora, e muito, para que os pequenos e modernos equipamentos se encaixem em salas que antes tinham finalidades burocráticas. Isso vem acontecendo na maioria dos legislativos estaduais e municipais. Em Bauru, a TV Câmara funciona com estúdio, central de produção e controle mestre de exibição. Foi instalada onde antes funcionava a sala de reunião dos vereadores. A redação já dividiu a mesma sala com o Centro de Processamento de Dados. Posteriormente foi deslocada para o antigo setor de processos. Até agosto de 2003 o camarim funcionava em um banheiro adaptado. Foram feitas melhorias. A redação, ilha de edição digital e setor de manutenção foram transferidos para a antiga sala de motoristas, que foi reformada e adaptada. Juntos, os espaços não ultrapassam 100 metros quadrados, mas já melhorou muito. A luta por maior espaço é constante na CMB. O prédio foi construído em 1950 para abrigar o Fórum local. Mais tarde funcionou uma biblioteca. Em 1980, o Governo do Estado doou o prédio para o município que o reformou e transferiu a Câmara Municipal para o local.

A criação da TV Câmara de Bauru gerou muita polêmica e debates na cidade. Quando o vereador-presidente da Câmara Municipal, Luiz Carlos Valle, então membro do PPB – Partido Progressista Brasileiro, recebeu a proposta de implantação do canal, o parlamentar reagiu com misto de surpresa e dúvida. Era janeiro de 1997.

A reação do Presidente da Câmara refletiu nos outros vinte vereadores. Surpresos, pela possibilidade de mostrar a cidade os trabalhos legislativos e ao mesmo tempo preocupados com o debate político imediato que o canal certamente traria. Depois de analisar as possibilidades financeiras e técnicas a imprensa local foi convocada e o presidente apresentou o projeto.

Bastante criticado na imprensa local, o projeto da TV Câmara foi aprovado na sessão legislativa que se iniciara no início da noite do dia e finalizada na manhã de 16 de dezembro, depois de muito debate e interrupções. Em 25 de janeiro de 1998 foi realizado concurso público apenas para os cargos técnicos. E em 1º de agosto de 1998 foi inaugurada oficialmente a TV Câmara de Bauru. Quando ainda estava operando em caráter experimental, a TV Câmara deixou de mostrar um protesto de estudantes que estavam na galeria para assistirem a sessão que votou o reajuste do preço das passagens de transporte coletivo urbano em Bauru. O presidente do legislativo, Luiz Carlos Valle optou por interromper momentaneamente a sessão – procedimento comum quando há indício de iminente tumulto nas dependências do prédio. Seguindo o que reza o Regimento Interno da Câmara Municipal de Bauru, quando se trata de manifestações que atrapalhem o andamento dos trabalhos parlamentares, o presidente Valle, determinou o esvaziamento da galeria e deu continuidade a sessão. Os contrários à instalação da tevê pública aproveitaram para criticar o presidente afirmando ter havido “censura”. Durante a interrupção da sessão, a TV exibiu uma tela com a legenda “sessão interrompida temporariamente”.

O Canal estreou transmitindo a sessão solene de aniversário da cidade e a própria inauguração. O evento aconteceu no período da manhã. Foram cerca de noventa minutos ao vivo. No início da noite foi reapresentada a festa de inauguração e aumentada a grade em mais uma hora com programas inéditos. Isso tudo com apenas três câmeras e uma ilha de edição. Paulatinamente a grade ia sendo recheada com as produções de “gaveta”, preparadas semanas antes. No mês setembro de 1998 a TV Câmara passou a veicular os filmes cedidos pela Fundação Itaú Cultural de São Paulo. A grade de programação do canal passou a existir de segunda a sábado, com quatro horas de programação sem contar as transmissões ao vivo de sessões ordinárias e

reuniões de comissões especiais. Além da produção local, a TV Câmara passou a transmitir em Bauru, cinco horas da Rede Sesc-Senac de São Paulo, em caráter experimental previsto no convênio de cessão de sinal. A grade diária cresceu para o mínimo de nove horas mais as reuniões eventuais e as sessões semanais. Um mês depois a Rede Sesc-Senac autorizou a repetição de seu sinal por treze horas diárias. No dia 28 de setembro de 1999, a TV Assembléia de São Paulo também passou a ser transmitida via satélite em Bauru pelo canal da TV Câmara de Bauru. Como detalhamos no capítulo 3 da dissertação, o canal do legislativo estadual deve ser compartilhado com o canal municipal, como determina a lei 8.977. A partir de então, a grade da TV Câmara passou ser composta da programação de dois canais, mas seu próprio conteúdo.

Durante nossa pesquisa fizemos ainda, entrevistas com os três ex-presidentes da Câmara Municipal de Bauru, Luiz Carlos Valle (biênio 1997 – 1998), Paulo Madureira (1999-2000), Walter Costa (2001-2002) e atual presidente Renato Puruni (2003-2004). Todos foram unânimes em reforçar a importância do canal legislativo para a cidade. O vereador Luiz Carlos Valle justificou a implantação do canal comparando custo ao benefício social. “Depois de um estudo de viabilidade econômica, nós vimos que era um custo muito baixo. Nossa TV funciona com um custo baixo em relação a outras que existem por aí”. Questionado sobre o que mudou na Câmara Municipal depois da TV, Vale disse que “muitas coisas que aconteciam aqui na cidade, a população sabia de ouvir falar; agora a população acompanha o desempenho de cada um. Não somente aquilo que ele vota, mas aquilo que ele pensa. Acredito que o parlamentar tenha evoluído na sua conduta procurando se aprimorar mais. E ele sabe que a população está bem esclarecida nos dias de hoje. A cobrança é muito maior”. O ex-presidente disse ainda que a cidade está mais atenta à Câmara e que agora, com o canal de TV, a cobrança é muito maior. O vereador e ex-presidente Paulo Madureira, que sucedeu Luiz Carlos Valle disse, que “o maior sonho de sua gestão era que o canal fosse transmitido em sistema aberto para todos os lares, atendendo à camada periférica, não apenas aqueles que tem tv por assinatura”. O objetivo de Paulo Madureira não foi concretizado, mas o vereador que o sucedeu, Walter Costa se articulou com a Prefeitura de Bauru para solicitar junto ao Ministério das Comunicações, a concessão de um canal de televisão educativo cultural, com transmissão aberta. Ao assumir a presidência da Câmara, Walter declarou que pretendia estudar os custos da TV Câmara e repensar sobre a atuação do canal. O vereador acredita que a TV poderia ter sido utilizada de melhor. Entrevistado por este autor, Walter Costa foi questionado se havia recebido pressões de alguém ou algum grupo para acabar com TV Câmara. O parlamentar disse que “de forma nenhuma. Pelo contrário; havia muitos pedidos para aprimorarmos, tanto que iniciamos o processo de pedido de canal aberto”. Outro ex-presidente da Câmara, o vereador Renato Purini disse que “a TV tem papel fundamental na comunidade. A TV Câmara faz com que a comunidade tenha acesso ao trabalho dos vereadores; a função dos vereadores”.

Metodologia empregada

Para entendermos o funcionamento e discorrermos sobre a trajetória da TV Câmara de Bauru optamos por trabalhar com a observação e pesquisa participante - que consiste na inserção do pesquisador no ambiente estudado. A pesquisa foi realizada no período de março de 2002 a fevereiro de 2003 e em julho de 2003. Contudo, minha ligação com o canal existe desde que o mesmo foi criado até meu afastamento

voluntário em 2 de agosto de 2003. Mesmo tendo desenvolvido grande parte do projeto e participado diretamente das atividades do canal, como técnico, repórter ou diretor substituto, procurei manter a visão e o equilíbrio de pesquisador.

“Esse tipo de pesquisa está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los”. (Rudio, 1996, p.57). Assim, me coloquei na posição de observador, para entender e classificar os fenômenos surgidos através da atuação da TV Câmara de Bauru.

“Na comunicação não existe sujeito passivo”. (FREIRE, 1979^a p.67). Partindo dessa afirmação do pensador e educador Paulo Freire, optei por trabalhar meu projeto de pesquisa de mestrado sustentado na metodologia da pesquisa participante. Tal metodologia teve seu uso intensificado no Brasil após a década de 60, do século XX. Paulo Freire atribui duas características básicas à pesquisa: relação de reciprocidade entre sujeito e objeto e relação dialética entre teoria e prática. (apud SILVA, 1986 p.44).

“Separada da prática, a teoria é puro verbalismo inoperante: desvinculada da teoria, a prática é ativismo cego” (FREIRE, 1978^a p.135).

Com a observação participante, trabalhamos as coordenadas metodológicas a seguir: acompanhamos por meio de observação direta, o canal. Observamos os critérios de escolha das pautas dos programas; quais os temas mais debatidos no canal; o nível de acesso à produção e participação da comunidade na grade programação etc. Estas observações, específicas, foram feitas durante todo mês de julho de 2003. Fui funcionário do corpo efetivo da TV Câmara de julho de 1996 a julho de 2003. Essa condição foi base principal para desenvolver a pesquisa de forma intimamente ligada à trajetória e realidade do objeto pesquisado. Foi este pesquisador quem montou a proposta de criação do canal legislativo para Bauru em janeiro de 1997. Com o aval do vereador que acabara de assumir a presidência da Câmara Municipal de Bauru, conduzi o projeto de implantação do canal até que mais funcionários especializados em tv fossem admitidos através de concurso público. Acompanhei todo o processo de implantação do canal. Tive acesso a toda documentação e materiais produzidos. Em fevereiro de 2001 fui nomeado diretor substituto da TV Câmara de Bauru. Até fevereiro de 2003 apresentei um programa de entrevistas e produzia outros materiais para a grade do canal.

Desse modo, o conhecimento adquirido nesse período subsidiou a elaboração deste trabalho. E ainda, durante o mês de julho de 2003 fiz o complemento da observação participante; ocasião em que estive em atividades normais da rotina de trabalho.

Teresa Haguette (1990, p.60-61) diz que Schwartz e Schwartz entendem que a observação participante não é apenas um “instrumento de captação de dados, mas funciona também como instrumento de modificação do meio pesquisado, ou seja, de mudança social”. Quando me propus a trabalhar cientificamente este tema, quis entender melhor o papel social de um instrumento público a serviço da comunidade. Adotei a metodologia da pesquisa participante por acreditar que na relação de pesquisador com objeto de estudo haveria interação e aprendizado mútuo. Essa premissa de mutualidade (de Schwartz e Schwartz) “é considerada a definição mais completa, por que aceita a presença constante do observador no contexto observado como a interação face a face como pré-requisitos da observação participante (...)”. Haguette (1990, p.60-61).

A pesquisadora alerta ainda que, por não adotar instrumentos específicos que direcionem a pesquisa – como roteiros de entrevistas ou questionários, a observação participante requer ponderações quanto à responsabilidade do pesquisador (Haguette, 1990, p.61). Ela cita cinco fatores externos que podem interferir nos resultados: 1) o

viés sócio-cultural do observador (auto-inserção no tempo e no meio pesquisador); 2) o viés profissional/ideológico (seletividade da observação do pesquisador); 3) o viés interpessoal (visão do pesquisador a partir de suas emoções e defesas e como ele verá a interação humana); 4) o viés emocional do pesquisador (necessidade de confirmar suas hipóteses, fazendo-as ‘valer’ como ‘corretas’, mesmo que para isso seja necessária adequação do real); 5) e o viés normativo em que o comportamento humano pode levar o observador a formar juízos de valor que podem prejudicar a coleta de dados, sua análise e interpretação.

Além da pesquisa participante incluímos outros procedimentos para o levantamento dos dados: pesquisa documental - estudos dos documentos de criação do canal, portarias internas sobre seu funcionamento etc e entrevistas com o atual presidente e três ex-presidentes da Câmara Municipal de Bauru, um ex-diretor e o diretor que respondia pelo canal até o final da pesquisa. Foram feitas entrevistas com lideranças de entidades organizadas como: UAMB – União das Associações de Moradores de Bauru (Misael dos Santos – presidente); Conselho de Usuários de Transporte Coletivo de Bauru (Rubens de Souza – presidente); FACESP – Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (Veruska Franklin - presidente). Essas entidades participam ou participaram de programas ou transmissões feitas pelo canal. As entrevistas foram feitas através de perguntas abertas o que permitiu respostas “livres” dos entrevistados. Esse tipo de entrevista possibilitou identificar a aceitação do canal e quais grupos políticos ou comunitários tiveram maior participação na programação da TV Câmara.

Para não incorrer em nenhum desses casos, procurei estar atento à condição de pesquisador em busca de um retrato fiel do tema pesquisado. Evitar ser apaixonado, ampliando a visão para atuação de um instrumento público criado para servir ao público. Consciente também de que a constante dinâmica do quadro político da cidade vai refletir sempre na atuação do canal; não de forma controlada ou manipulada, mas na cobertura ampla ou pequena de eventos com envolvimento da comunidade.

Análise dos resultados

Os canais legislativos brasileiros ainda estão se moldando. Muitas cidades não têm a visão clara do papel desse sistema de comunicação social entre a cidade e seus administradores. Bauru é uma dessas cidades. Até 2004, pouca pesquisa havia sido publicada sobre o tema. O assunto já se mostra presente na vida acadêmica brasileira. O jornalista da TV Senado e mestre pela UNB - Universidade de Brasília, Luiz Carlos Santana desenvolveu sua dissertação sobre a atuação do canal federal que cobre a atividade parlamentar no Senado.

Por um lado, a reputação dos administradores públicos no Brasil beira a descrença absoluta. E do outro lado, os próprios administradores não demonstram muito esforço para mudar na mentalidade da sociedade, a péssima imagem sobre eles mesmos. Os canais legislativos federais, estaduais e municipais têm um papel fundamental na educação política do País. Esse papel eles já estão cumprindo desde que foram criados. A obrigatoriedade legal de transmissão em tempo real, sem corte e sem edição de suas programações colabora fundamentalmente para que a sociedade acompanhe e tenha maior participação nas decisões de interesse social coletivo. A relativa resistência que algumas cidades ainda têm quando o Poder Legislativo anuncia a implantação do canal legislativo local pode se manter por mais algum tempo. A utilização democrática com participação popular é um caminho desafiante para os agentes públicos envolverem a

população na vida social, política e cultural de suas cidades. Vai levar um tempo considerável para que o Brasil esteja “integrado” pelos canais legislativos. O ideal seria a formação de redes estaduais de canais legislativos. Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão caminhando bem nesse sentido. E depois, o passo seguinte, a criação de uma rede nacional de canais legislativos. Essa situação, por certo vai se revelar um excelente instrumento de oportunidade no processo de integração nacional que vem crescendo com a utilização cada vez mais comum dos meios de comunicação.

O acesso à tecnologia da tv por assinatura não é barato. Com a iminente implantação do sistema de transmissão digital é possível que haja uma natural retração das operadoras em relação à ampliação de seus sistemas para o acesso aos novos assinantes. E o mais curioso a ser observado é que em algumas cidades do país, os Canais Básicos de Utilização Gratuita podem estar fadados a nunca existirem. Isso, se a legislação permanecer como está. A lei reza que todos os CBUG só podem existir em uma comunidade se houver empresa de tv por assinatura com operadora local. Sem operadora local, o pretense assinante de tv paga vai instalar o sistema de tv por assinatura via satélite. Nesse caso, ele terá acesso apenas aos canais do Senado, da Câmara Federal e do Supremo Tribunal Federal. Nada de canal legislativo municipal/estadual, universitário, comunitário e educativo cultural. Teresina, a capital do Piauí é apenas um exemplo. Até a conclusão desta pesquisa em fevereiro de 2004, não existia operadora de tv por assinatura funcionando em Teresina, portanto as instituições da capital não podem criar canais locais amparados na lei 8.977.

A História recente do país registra a forte influência dos Meios de Comunicação de Massa nas decisões políticas. Em todos os exemplos históricos, nem diferentes esferas do poder entre políticos, constatamos a presença de grandes grupos de comunicação. É muito comum a associação de político a empresas de comunicação. E onde fica a sociedade? Na maioria das vezes consumindo informação com interesse dirigido. Assim, entendemos que os canais de televisão legislativos devem ser instrumentos de informação sim, mas principalmente, que os canais públicos atuem na sociedade como forma de esclarecer e educar politicamente as comunidades onde estejam inseridos. Claro que cada cidade tem seus costumes e hábitos particulares. É impossível de imaginar que os canais legislativos podem ser padronizados. Não devemos ter o mínimo de estranhamento quando assistirmos um canal legislativo (estadual ou municipal) fora da nossa região. É imprescindível que os canais legislativos primem pela educação, informação, prestação de serviço e valorização da cultura de seu povo. Fundamental também é a participação direta da sociedade na gestão dos canais legislativos. A lei que criou os Canais Básicos de Utilização Gratuita deve ser exercitada para democratizar não apenas o acesso, mas também a participação democrática da população. E as possibilidades de participação são diversas. Desde entrevistas com lideranças comunitárias a campanhas de esclarecimento sobre preservação ambiental, passando pelo debate sobre saúde coletiva, educação no trânsito, entre outros. A diversidade é enorme exatamente por se tratar de um instrumento sem fins comerciais e não dependência de interesses empresariais.

Diversos países já disponibilizam para seus compatriotas canais legislativos que cobrem o Senado e/ou a Câmara dos Deputados. Até janeiro de 2004, foram catalogados via internet, 29 países com esses canais em nível federal. Mas o total deve superar a casa dos 100 canais. Isso por que em vários países existem ainda diversos canais nos parlamentos estaduais e municipais. O Canadá tem um sistema de canais públicos interessante. Criado para transmitir debates ao vivo pela tevê, do parlamento canadense,

o sistema foi inaugurado em 1977 com um discurso da Rainha Elizabeth II, no dia em que foi coroada. Atualmente o canal transmite os trabalhos do parlamento nacional canadense. É um sofisticado sistema de transmissão ao vivo das sessões e reuniões parlamentares.

Percebendo o potencial de material informativo gerado diariamente nos parlamentos estaduais e municipais, em 1992 empresas de televisão por cabo criaram o CPAC – *Cable Public Affairs Channel* (Canais Públicos a Cabo). No sítio do CPAC (www.cpac.ca) está registrado que o Canadá foi o primeiro país no mundo a transmitir debates do parlamento, em 1977. O CPAC é um órgão mantido por empresas de cabo, sem nenhuma participação financeira do governo. O dinheiro para manutenção dos canais vem dos assinantes de televisão por cabo, da venda de cópias em vídeo de programas e sessões parlamentares. Baseada em Ottawa, capital administrativa do país, a central tem equipes de jornalistas e técnicos (*free lancers*) espalhados nas principais cidades do Canadá, cobrindo eleições, convenções políticas, conferências e assuntos diversos. O canal chega a transmitir para 100% do Canadá, através do cabo, satélite ou Internet. 98% da programação é produzida no país e transmitida nos dois idiomas oficiais (inglês e francês) do país. A cobertura é ampla por que em alguns Estados existem as tevês das Assembléias Legislativas que cedem material ao canal nacional e ainda geram programação própria para seu Estado. As TV's Assembléias são mantidas pelos governos estaduais. Alguns desses canais foram criados antes do CPAC, como em Ontário (1986), Nova Escócia e British Columbia (1991). O CPAC funciona como uma espécie de “cabeça de rede nacional”. Das doze províncias (Estados) canadenses, três têm seus canais próprios de tevê e cinco transmitem som e imagem pela Internet ou pelo rádio. Um exemplo é o caso do parlamento de Quebec, Canadá. São dois canais de tv e três de rádio. Cada um desses canais transmite simultaneamente sessão parlamentar e reuniões de comissões, assim o eleitor-consumidor escolhe o que é do seu interesse. Além da programação de cunho político, os canadenses também veiculam material com conteúdo informativo e cultural. Reino Unido e França também têm um sistema de TV legislativa que cobre todo o país. Durante pesquisa para este trabalho, constatamos a existência de mais vinte e cinco países com sistema de televisão legislativa federal. Em vários desses países também existem diversos canais legislativos estaduais.

A lei brasileira (8.977) de 06 de janeiro de 1995 que cria entre outros, os canais legislativos de televisão no Brasil foi espelhada numa lei norte americana. No Brasil, além dos canais de TV, Senado e Câmara também dispõem de emissoras de rádio criadas em 1997 e 1999, respectivamente. Os Estados Unidos têm o canal legislativo C-Span – *Cable Satellite Public Affairs Network*, criado por empresários da então recente indústria de tevê por cabo – modelo semelhante ao do Canadá: (CPAC - *Cable Public Affairs Channel* (Canais Públicos a Cabo), aliás esses dois países dizem, cada um, ter sido o pioneiro nesse modelo de TV no mundo. No Canadá, o CPAC diz que a transmissão de 1977 foi pioneira no mundo. Nos EUA, O C-Span defende seu pioneirismo por ter estreado, em 19 de março de 1979 a transmissão ao vivo e regular das sessões legislativas do Congresso americano. O C-Span foi idealizado pelo jornalista americano Brian Lamb, que cobria assuntos políticos em Washington. Ele propôs aos canais de tevês que transmitissem as atividades parlamentares com maior intensidade. Não teve sucesso. Em 1977 quando Thomas O'Neill Jr. era presidente da Câmara dos Representantes (deputados) autorizou a transmissão por televisão aberta, mas sob o controle do Legislativo. As emissoras não aceitaram, nem mesmo a PBS – *Public Broadcasting System* -, que é um canal público. No Brasil, como nos Estados Unidos e no mundo, muitos políticos cultuam a mídia, mas insistem em tê-la sob seu

controle. Briam Lamb sugeriu que as transmissões fossem feitas pelo sistema de cabo. A idéia ganhou força. Ele reuniu alguns empresários e formaram uma corporação sem fins lucrativos e criaram o canal, sem nenhuma relação de dependência financeira com o Congresso americano.

Os primeiros passos dos canais legislativos buscam escolha de formato e estreitamento com seu principal alvo: a sociedade brasileira. Para entendermos os canais legislativos devemos ampliar os horizontes para os costumes e cultura locais. A mescla de realidades sócio-econômicas do Brasil é imensa. Com certeza, os canais estaduais e municipais devem buscar retratar seu povo, sua realidade própria. Não existe e pouco provável que virá a existir um padrão de canal legislativo. No máximo, alguma similaridade, ainda que em obediência a lei 8.977. Isso é visível quando navegamos na Internet ou fazemos um visita *in loco* em busca de informações sobre cada canal. É fácil de se encontrar apenas material superficial sobre canais legislativos, mas na maioria dos casos, o conteúdo dos sítios eletrônicos e dos departamentos de documentação das casas legislativas concentra pouca ou nenhuma informação sobre a história e grade de programação dos mesmos. A característica comum de vários sítios é a visceral preocupação de justificar a criação do canal, citando trechos da lei que enfatiza a transmissão ao vivo e o acesso da população às informações políticas. E só.

Muitos cidadãos ainda não entendem como é possível funcionar um canal de televisão nas dependências do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembléias Estaduais e principalmente de Câmaras de Vereadores. É a sociedade quem banca os custos destes canais. E quase sempre a primeira reação é de crítica negativa pelo uso de dinheiro público, que muitos, de forma equivocada, enxergam como desperdício.

Empresários da comunicação brasileira fazem questão de propagar que “fazer televisão” é algo muito caro e uma aventura para poucos; apenas para quem pode gastar. Esse argumento está baseado nas lendas e verdades sobre a implantação da televisão no Brasil, quando o paraibano, da cidade de Umbuzeiro, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo se dispôs a trazer a novidade para terras tupiniquins.

No caso dos canais legislativos, o Brasil entrou nesse sistema com considerável atraso em relação a outros países, pelo fato de a lei ter sido aprovada apenas em 1995. O motivo é simples: o Congresso Nacional tem muitos deputados e senadores ligados a empresas de comunicação no país. A verdade é que sob o falso argumento do receio de tirar audiência dos canais comerciais, era mascarada a preocupação dos parlamentares, entre outras coisas, de serem divulgados amplamente, os projetos em discussão na Câmara ou Senado Federal. Resquícios da ditadura militar de encobrir da população os debates de impacto social.

O jornal “A Crítica” de Manaus (AM) publicou em 16/02/01 que a criação das TV’s Senado e Câmara iriam causar uma “Reviravolta no Congresso”. O jornal amazonense só reforça a importância e interesse com que os parlamentares brasileiros vêm dispensando aos canais legislativos. Depois da transmissão de muitos eventos, reuniões, debates, sessões e até depoimentos em Comissões Especiais de Inquéritos – CPI’s –, é pouco provável que algum cidadão conhecedor desses canais, se posicione contra a existência dos mesmos.

Além do planejamento para se instalar um canal de tevê, mantê-lo é outro grande desafio. A programação deve ser renovada e atualizada constantemente. Engana-se quem acredita que telespectador não cobre renovação e novidades. Mas tudo isso

acarreta tempo de produção, edição e gastos com material de consumo diário. No caso dos canais legislativos, alguns tomaram decisões alternativas para ter uma grade preenchida em sua maior parte, com produções locais. Além de transmitirem as sessões legislativas, reuniões de comissões internas, alguns canais também produzem telejornais, boletins informativos, documentários, debates e até musicais, como é o caso do canal bauruense.

O canal bauruense também cede espaços de sua programação local para veiculação de produções de terceiros. Através de convênio com a UNESP - Universidade Estadual Paulista - Campus de Bauru, são exibidas produções de alunos do curso de Comunicação Social, além de a própria universidade ser uma considerável fonte de pautas para programas da TVC. A parceria do canal com a Unesp abriu excelente espaço para os alunos veicularem seus trabalhos acadêmicos experimentais e ainda contribuem para a diversidade de programação do canal. Além do convênio com a UNESP, a TV Câmara veicula produções independentes, provenientes de diversas cidades do Brasil. Antes, porém, é assinado um contrato de cessão e responsabilidade de uso dos materiais a serem exibidos. Não há relação financeira entre as partes. A TV cede espaço gratuitamente para veiculação de produções independentes e também não compra programas.

Desde que foi estruturada a grade da TV Câmara, não existe horário fixo para exibição de programa específico. Essa estratégia do canal é uma forma de tentar prender o telespectador quando estiver em frente ao parêntese de tv “zapeando” com o controle remoto. Todos os programas são veiculados em dias e horários alternados, várias vezes.

A considerável abertura e possibilidade de democratização dos canais é contraditória quando se trata do acesso a quem não é assinante de tv paga. A mesma lei que criou os canais não prevê a abertura dos mesmos para sinal aberto VHF ou UHF das sete modalidades de canais de prestação de serviços. Os legislativos: federais, estaduais e municipais, canal do judiciário, universitário, comunitário e educativo cultural, aqui enquadrados, portanto estão impedidos legalmente de transmitirem em sinal aberto. Se existiu ou não pressão dos grupos de tevês comerciais com receio de perda de audiência, não se pode afirmar. Na realidade esses canais foram criados para produzir e voltar suas programações exclusivamente para prestação de serviço; formação e informação da sociedade. O fato é que já existe muita reclamação de entidades e cidadãos querendo ter acesso aos canais legislativos, comunitários e universitários, principalmente. A alegação é simples: esses canais não foram criados para mostrar a população sobre o que acontece nas casas legislativas? Por que só estão disponíveis na tv por assinatura?

Inicialmente a TV Câmara transmitia apenas as sessões legislativas (às segundas-feiras) e sessões solenes (em dias variados) da Câmara Municipal de Bauru. As sessões duravam entre três e duas horas, respectivamente. Com a transmissão ao vivo, os vinte e um vereadores perceberam a importância de permanecerem mais tempo no ar. Passaram a discutir mais intensamente os projetos e quase sempre gastam os dez minutos regimentais para discursos na tribuna. A postura e o vestuário dos parlamentares também melhoraram visivelmente. Antes da TV, aconteciam algumas discussões monótonas e com pouco do público presente nas. A TV mudou esse quadro. Em entrevista, o atual presidente Renato Purini disse que a “Câmara de Bauru pode ser dividida em duas fases: antes e depois da TV Câmara. Hoje o legislativo é outro”. De fato, agora os munícipes conhecem mais sobre os trabalhos dos vereadores e as pautas de discussão.

O presidente da UAMB – União das Associações de Moradores de Bauru, Misael dos Santos, entrevistado por este autor falou sobre a atuação da TV Câmara de Bauru. O líder comunitário acredita que a TV Câmara funciona como instrumento auxiliar do Poder Executivo, que acompanha a programação para saber o que é mostrado sobre as reivindicações dos bairros. Misael dos Santos critica os canais locais de televisão por enfocarem os bairros de Bauru apenas quando acontecem fatos desagradáveis, como alagamentos ou acidentes. “Só quando tem alguma coisa muito grave é que eles estão presentes. Coisa ruim dá destaque. A TV Câmara acompanha uma eleição de bairro”, enfatizou o líder.

Conclusões

A TV Câmara de Bauru também ainda está passando por ajustes. A estrutura do canal é pequena e é visível alguma resistência de setores da sociedade, mesmo que suas transmissões já tenham registrado diversos fatos históricos que movimentaram a cidade posterior à criação do canal. O presidente da Câmara Municipal de Bauru na gestão 2002-2004, Renato Purini foi enfático quando declarou em entrevista a este pesquisador que a TV Câmara é um marco na história da política bauruense: “a Câmara é outra depois da TV”. Claro que os vereadores tomam muito mais cuidado quando estão sendo captados pelas lentes da TVC. Procuram passar a imagem de conhecedores dos assuntos em discussão; prometem menos e tomam cuidado também com a Língua Portuguesa.

Hoje, ao mesmo tempo em que se firma o papel social da TVC, existe a retração na possibilidade de investimento em equipamentos mais modernos e atualização da equipe de pessoal, para aumentar a grade de programas e, por conseguinte participação da sociedade. A estrutura técnica existente na TVC está se desgastando. A manutenção e substituição de equipamentos não estão seguindo o ritmo que deveria. Em parte, pela exposição política de quem ocupa a presidência da Câmara Municipal de Bauru e um pouco pelo custo financeiro que, geralmente não prevê verbas suficientes para reaparelhamento da TVC. Desde que foi criada, a TVC de Bauru luta pela contínua melhoria de infra-estrutura e de pessoal. A equipe vive na constante busca de investir em novos equipamentos, mas esbarra em excesso de zelo de parte de alguns administradores que não entendem dos requisitos mínimos para manter o canal em atividade. Os quatro presidentes que administraram a Câmara Municipal de Bauru de 1997 a 2003 relataram em entrevistas que a TVC vem trazendo constantes benefícios a Bauru, mas a cidade precisa estar atenta sempre, para evitar que seja um mero instrumento de uso politiquero. É imprescindível que a TV Câmara atue sempre no firme propósito de mostrar Bauru para Bauru. O que acontece na cidade, afinal esse canal é conjuntamente local e comunitário. Não comercial, mas educacional, agregando os objetivos observados pela pesquisadora Cicília Peruzzo. É comunitário para transmitir informação. Local com a finalidade de mobilização social e a educação informal. Global ou local, a comunicação já não atua da mesma maneira de poucos anos atrás. O chamado mundo globalizado rege as constantes mutações dos processos comunicacionais. As novas tecnologias criam meios e provocam novas atitudes sociais. Aqui no Brasil, nossos alunos já estudam a Comunicação Comunitária com visão mais amadurecida e questionadora. Esta disciplina é fundamental para entendermos a nós próprios, nossa cultura, nossa educação e nosso meio.

Desde que o canal bauruense foi criado, a CMB permitiu o livre acesso de qualquer pessoa ou entidade, às instalações e programação da TVC. Ainda assim a

participação direta da comunidade na gestão do canal é inexistente. Nem sequer existe um estatuto ou manual de procedimentos da TVC. Em 2001, este autor sugeriu à direção do canal que elaborássemos um manual próprio espelhado no modelo desenvolvido pela TV Senado. Sugestão aceita, diversos funcionários do canal público contribuíram com opiniões ou comentários sobre o manual. Chegamos a iniciar a elaboração do manual de procedimentos, mas até o final desta pesquisa, a direção do canal não o havia publicado oficialmente. Isso é só um pequeno exemplo de que muita coisa ainda precisa ser feita realmente pensando na comunidade, dona legítima do canal.

Em artigo publicado sobre o conceito de cidadania e os vínculos com a comunicação, o professor Victor Gentilli (2002, p.41), da Universidade Federal do Espírito Santo, diz que “é fundamental entender que uma sociedade democrática pode democratizar-se mais (...) é possível *democratizar a democracia*, tornar uma sociedade democrática mais democrática ainda”. É coerente entendermos por que a TV Câmara de Bauru não é, nunca foi e jamais será um canal completamente democrático dentro da comunidade. Por ser um meio de comunicação, mantido e gerido pela “Casa de Leis” do município, as divergências na forma de sua atuação vão sempre ser debatidas e até contestadas. A sociedade paga por um instrumento que, em tese deve ser democrático, mas a discussão da busca pela democracia e principalmente acesso e participação direta da comunidade pode e deve está sempre presente. O canal não é da Câmara Municipal de Bauru. Pertence à da cidade de Bauru. Portanto, é primordial que os cidadãos tenham participação direta na gestão, produção e programação do canal.

Meio de comunicação público não deve ser ruim, nem ter programação descomprometida. Eles foram criados exatamente para mostrarem o contrário; que funcionam a serviço da sociedade, sendo uma alternativa aos canais não públicos com interesses direcionados e específicos.

Cada comunidade tem sua própria realidade. É visível o pouco espaço que os canais de televisão abertos destinam ao debate sobre assuntos que envolvem diretamente as comunidades locais em que estão instaladas. Quando se trata de empresas de comunicação instaladas em cidades de pequeno e médio porte, a situação de atrelamento a grupos políticos ou empresariais é gritante. O interesse pelo controle do poder de parte de alguns empresários brasileiros está claramente retratado quando percebemos que os donos ou mantenedores de grupos de comunicação estão, estrategicamente entrelaçados, com canais de tevês, emissoras de rádios, jornais e em alguns casos, revistas. Em Bauru esse modelo existe claramente. A *Rádio Cidade FM* é parte integrante do *Grupo Cidade* que controla o principal diário (*jornal da Cidade*) e uma gráfica de grande porte. O *Grupo Cidade de Comunicação* é de propriedade do *Grupo Prata*, dona de grandes empresas de transporte rodoviário do centro do Estado de São Paulo.

A importância social da TV Câmara de Bauru é fato. Desde que foi criado o canal público bauruense tem participado ativamente da vida política e social da cidade. Oficialmente, até 2004 não existia nenhuma pesquisa sobre a aceitação ou audiência do canal junto à sociedade local. Desde que foi criado, o canal espera ter um retrato claro de sua aceitação. Um bom caminho seria a aplicação de uma pesquisa de opinião. Os sucessivos presidentes da Câmara Municipal de Bauru já aventaram a possibilidade de encomendar uma pesquisa de opinião. Ao mesmo tempo, todos revelam o receio de desobedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal, implantada pelo Congresso Nacional em 2001. A lei é muito severa quanto à gestão de agentes públicos e dos poderes legislativos e executivos no Brasil. Com isso, a pesquisa ainda não foi executada. O certo é que não existem dados oficiais ou científicos sobre a influência e como é vista a

atuação TV Câmara junto aos moradores da cidade. O pouco espaço que os canais de televisão convencionais destinam ao debate sobre assuntos que envolvem diretamente as comunidades locais é um fato. O canal bauruense vem trabalhando para incentivar a comunidade local conhecer e participar dos programas ali produzidos. Desde que está no ar, a TV Câmara vem produzindo materiais de cunho educativo com a participação de entidades organizadas. Representantes de sindicatos e outras entidades têm participação constante na programação da TV. Quase sempre as pautas são sustentadas com entrevistas e participações de professores das universidades de Bauru ou por especialistas e profissionais liberais, como economistas, médicos, dentistas, empresários ou vendedores ambulantes. A Polícia Militar é uma instituição com presença costumeira na programação da TVC. Entrevistas sobre educação no trânsito, drogas, e leis são pautas freqüentes. Quando o assunto em pauta são os problemas de infra-estrutura na periferia, as lideranças comunitárias são convidadas pelo canal para indicar os problemas e sugerir alternativas ou soluções. Paralelamente, o canal abre espaço para representantes do poder público se manifestar sobre o assunto. Em março de 2000, o então presidente da Câmara Municipal, Paulo César Madureira apresentou um *Projeto de Resolução* que determina a TV Câmara e o Diário Oficial de Bauru na divulgação de fotos e qualificação pessoal de pessoas desaparecidas na cidade.

Este pesquisador acredita que os canais legislativos brasileiros são, de fato, instrumentos públicos de comunicação que contribuem para a formação cidadã e integração social, embora a sociedade brasileira, voraz consumidora de tv, ainda desconhece a essência do papel social das tevês legislativas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Cândido José Mendes (Org.) et al. **TV ao vivo: depoimentos. São Paulo: Brasiliense, 1988. 302 p.**

BOLAÑO, César R. S. (org.) **Globalização e regionalização das globalizações.** São Paulo: EDUC: Universidade Federal de Sergipe, 1999.

BOURDIN, Alain. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BUCCI, Eugênio(org.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário.** Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2000. 201 p.

CAVA, Márcio Antonio Blanco. **Um modelo de televisão.** Bauru: Edusc, 2001. 144 p.

D'ELBOUX, Paulo César. **Parcerias + criatividade + ações = cultura para todos.** Santa Bárbara D'Oeste: Socep, 2000. 240 p.

DIZARD, Wilson Jr. **A Nova Mídia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 328 p.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados.** (coleção debates - estética). São Paulo: Perspectiva, 1998.

FAUSTO NETO, Antônio. **Ensinando à televisão.** João Pessoa: Editora Universitária: UFPB, 2001.

FESTA, REGINA. *Pensamento Comunicacional Brasileiro – artigo. In: MARQUES DE MELO, José. CASTELO BRANCO, Samantha. (Org). O Grupo de São Bernardo. São Bernardo do campo. Cátedra UNESCO – UMESP, p.584.*

FILHO, Ciro Mascondes. **Jornalismo fin- de – siècle**. 1ª ed. São Paulo: Scritta, 1993.

FRANCO, Marília. **Canais universitários de tv a cabo – tv usp**. Revista Comunicação e Educação. São Paulo: Moderna, USP, N.º. 12 p.119-124, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GENTILLI, Victor. Título artigo. **Revista Famecos**. Porto Alegre: Pós Com UFRS, N.º.19 p. 41, 2002.

GUROVITZ, Hélio. O futuro da tv. **Revista Exame**. São Paulo: N.º. 16 p.46-54, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

HOLANDA, Eduardo. *O piano desafinou*. **Revista Isto É**. São Paulo: N.º. 1486 p.24, 1998.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 3ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.

IANNI, Octavio. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. In: BOLAÑO, César R. S.(org.)

Globalização e regionalização das comunicações. São Paulo: EDUC, Univ. Federal de Sergipe, 1999.

JAMBEIRO, Othon. **Regulando a TV: uma visão comparativa no mercosul**. Salvador: Edufba, 2000. 228 p.

KEY, Wilson Bryan. **A era da Manipulação** / tradução de Iara Biderman - 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1996.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor tv do mundo**. São Paulo: Summus, 1999.

LIMA, Maria Érica de Oliveira; TAVEIRA, Eula Dantas. **Revista Comunicação & Sociedade – artigo: TV Senado: uma tentativa de transmissão democrática**. N.º.33, 2002, 328 p.

MACEDO, Cláudio; FALCÃO Ângela; ALMEIDA, Cândido José Mendes, **TV vivo**. São Paulo: *brasiliense*, 1988. 302 p.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos**. São Paulo: Vozes, 1999. 412 p.

MATTERLART, Armand e Michèle. **A globalização da comunicação**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, 1996. 191 p.

MATTOS, Sérgio (org.). **A televisão na era da globalização**. Salvador: Inamá /São Paulo: Intercom, 1999.

MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi. **A produção independente na televisão do interior: o caso de Bauru**. In: MATTOS, Sérgio. **A televisão e as políticas regionais de comunicação**. São Paulo: Intercom, 1997.

MENESES, Mariana. **Uma televisão para ser vista (e não apenas consumida)**. Revista Imprensa. São Paulo: N° 154 p.18-25, 2000.

MIÈGE, Bernard. **O Pensamento Comunicacional**. Vozes. Petrópolis, 2001.

NASSAR, Sílvio Júlio. **1.000 Perguntas: televisão**. Rio de Janeiro: Estácio de Sá, 1994.

ORTIZ, Renato. **Diversidade cultural e cosmopolismo**. Lua Nova N° 47, São Paulo, 1999, 59 p.

_____. Telepolítica. **Comunicação e Sociedade**. UMESP, N°. 33, 1°. semestre de 2000. 328 p.

PERUZZO, Cícília M. K. **Comunicação os movimentos populares: a participação na comunicação popular**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO Cícília M. K. **Mídia comunitária**. Revista Comunicação e Sociedade. N° 32. Umesp, (1998^a, p. 144).

PERUZZO Cícília M. K. (org.). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: intercom, 1995. 204 p.

PERUZZO Cícília M. K. **Mídia Local e suas interfaces com a mídia comunitária**. Paper apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Comunicação. Belo Horizonte: INTERCOM / PUC-MG, 2003.

REIMÃO, Sandra. (org.). **A Televisão na América latina: estudos**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2000, 174 p.

VIEIRA, Lirzt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000, 142 p.

Silva, Maria Ozonira. **Refletindo a pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1986, p. 44.

JORNAL “FOLHA DE S. PAULO”

GLOBO domina mercado e caminha para monopólio de TV a cabo. 09 abr. 1995.

CONHEÇA todos os canais. 04 jan. 1998. Caderno TV Folha.

NOVA taxa torna TV Cultura superavitária. 08 jan. 1998.

TV SENADO pode ter mais autonomia. 15 mar. 1998.

A CULTURA de massas emergente. 12 abr. 1998. Caderno Mais!

JORNAL “O ESTADO DE S PAULO”

OS ASSINANTES vão exigir programas que o retratem. 02 abr. 1995. Caderno Telejornal.

PORTAL planeja ter canal sobre partidos. 24 dez. 2000.

NOVO programa de TV aumenta auto-estima de pacientes do Pinel. 20 jul. 2001.

O QUE VAI MUDAR na sua casa com a TV digital. 25 jul. 2002.

JORNAL “GAZETA MERCANTIL”, editado em São Paulo:

TV muda estilo dos parlamentares. 03 mai. 1999.

“JORNAL DA CIDADE”, editado em Bauru:

CÂMARA Municipal terá canal a cabo. 10 abr. 1997.

VEREADORES aprovam projeto de um canal de tv a cabo para o Legislativo. 24 abr. 1997.

CÂMARA abre licitação para equipamentos de canal próprio de TV. 15 out. 1997.

CÂMARA insiste em mais 21 assessores. 10 dez. 1997.

CEIS consumiram os trabalhos da Câmara Municipal em 1997. 23 jan. 1998.

TV CÂMARA entra no ar a custo de R\$ 7 mil por mês, diz Valle. 03 mar. 1998.

FALSETA no ar. 29 mar. 1998.

CÂMARA estreia TV e a grade de programação. 02 ago. 1998.

GLOBO passará a se chamar TV Modelo. 16 out. 1998.

POLÍCIA simula acidente para documentário da TV Câmara. 17 dez. 1998.

IMAGEM de Bauru. 20 dez. 1998.

O CÉU sem limites. 07 jan. 1999.

TV CÂMARA. 03 mar. 1999.

SALVADOR quer reduzir cobertura televisiva das sessões da Câmara. 24 jun. 1999.

TV CÂMARA retransmite TV Senac. 15 ago. 1999.

TV CÂMARA sintoniza Assembléia. 29 set. 1999.

PREFEITO rebate crítica de “parado”. 21 fev. 2001.

PAGANDO para ver. 12 out. 2001.

JORNAL “DIÁRIO DE BAURU”

REGIONALIZAÇÃO é o a nova tendência da TV. 02 jun. 1996.

LEGISLATIVO terá canal no sistema a cabo. 09 mar. 1997.

CÂMARA quer criar 21 cargos de assessor. 10 dez. 1997.

TV CÂMARA deve entrar no ar até fevereiro do ano vem. 10 dez. 1997.

CÂMARA quer criar 21 cargos de assessor. 10 dez. 1997.

IZZO afirma que é contra os 21 cargos na Câmara. 12 dez. 1997.

VALLE critica Diário e pára contratações. 20 dez. 1997.

TV ELEITORAL. 22 jan. 1998.

CONCURSO para vagas da TV Câmara será realizado hoje. 25 jan. 1998.

TV CÂMARA vai entrar no ar já na próxima segunda-feira. 27 fev. 1998.

TV CÂMARA vai transmitir reuniões de vereadores que investigam as finanças. 06 mar. 1998.

OPOSIÇÃO critica censura da TV Câmara. 25 mar. 1998.

VEREADORES acham desnecessário usar TV Câmara para mostrar seus serviços. 31 mar. 1998.

VEREADORES querem regras para evitar abusos na TV Câmara. 15 abr. 1998.

PRODUÇÃO Local estréia com pintor daltônico. 09 jan. 1999.

MAIS tempo no ar. 22 ago. 1999. Caderno especial “Canal Eletrônico”.

INTERNET

SENADO FEDERAL, 07.,2002. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/tv/conheca/oquee.asp>. Acesso em 14 jul.2002.

CÂMARA FEDERAL, 07.,2002. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/tv/conheca/oquee.asp>. Acesso em 14 jul.2002.

CÂMARA BAURU, 07.,2002. Disponível em:
<http://www.camarabauru.sp.gov.br/>. Acesso em 14 jul.2002.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 07.,2002. Disponível em:
<http://wwi.al.sp.gov.br/index17.htm>. Acesso em 15 jul.2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS POLÍTICOS – IBEP, 05., 2003. Disponível em:
<http://www.politicabrasileira.com.br>. Acesso em 16 de maio de 2003.

CPAC, 1., 2004. Disponível em:
<http://www.parlamentive.tv>. Acesso em 21 de novembro de 2003.

CPAC, 11., 2003. Disponível em:
<http://www.cpac.ca>. Acesso em 21 de nov. 2003.

CANAL SAÚDE, 2.,2004. Disponível em:
<http://www.canalsaude.fiocruz.br>. Acesso 12 fev.2004.

NASA TV, 2., 2004. Disponível em:
<http://www.nasa.gov/multimedia/nasatv/index.html>. Acesso em 10 fev.2004.

UNALE, 2.,2004. Disponível em:
<http://www.unale.org.br>. Acesso 13 fev.2004.

REDE BAHIA, 2.,2004. Disponível em:
<http://www.redebahia.com.br>. Acesso 12 fev.2004.

ASSOCIAÇÃO DE ESTENOTISPISTAS, 2.2004. Disponível em:
<http://crpsp.org.br/atmc/forum/messages/471.html>. Acesso 12 fev.2004.